

E quando o conflito é planejado? Ensaio sobre o planejamento do Estado e os conflitos recentes na Cracolândia de São Paulo.

Alúzio Marino, Pedro Henrique Barbosa Muniz Lima, Luís Jacon
(LabCidade FAUUSP)

Texto apresentado ao V Encontro Internacional de Experiências
de Planejamento em Contexto de Conflito Social, 2023

Introdução

Há pelo menos três décadas, a Cracolândia persiste no centro da cidade de São Paulo, mesmo após inúmeras operações policiais, justificadas como política de guerra às drogas. Embora seja de conhecimento público que o uso da violência policial nunca tenha sido capaz de acabar com a Cracolândia, em 2022, a Prefeitura e o Governo do Estado voltaram a repetir a fórmula antiga – já experimentada desde 1997 com a operação “Tolerância Zero”. A partir de uma tática de dispersão, o método busca impedir que os usuários se “fixem” em um lugar, colocando-os em situação de permanente deslocamento. Na contramão das promessas de “acabar com a Cracolândia”, incorporadas no discurso de prefeitos e governadores ao longo dos últimos anos, o atual cenário escancara como essa questão está longe de ser resolvida. O que se observa, na verdade, é a multiplicação das cenas de uso, hoje não apenas restritas a um local específico. Essa insistência no erro, gera um questionamento: até que ponto a produção e manutenção sistemática dos conflitos ali instalados não faz parte do planejamento do Estado?

Cartografando a dispersão da Cracolândia

Desde a grande ação policial realizada em maio de 2022 na Praça Princesa Isabel, as cenas de uso de crack se espalharam. Naquele momento, o LabCidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, em parceria com pesquisadores e

ativistas, realizaram um mapeamento que identificou pelo menos 16 locais para onde migraram os chamados fluxos (MARINO *et al.*, 2022).

O mapeamento foi realizado a partir de acompanhamento direto no território com o objetivo de identificar os locais onde há presença do fluxo e estimar a quantidade de pessoas. A partir dessas informações foi elaborado um mapa que ilustra a anti-política em curso. Os resultados mostram que a maior parte das pessoas que compõem a aglomeração conhecida como Cracolândia não deixaram as ruas da parte central da cidade, apenas passaram a ocupar ruas e calçadas em concentrações menores e itinerantes, em um raio que não ultrapassa 750 metros a partir da Praça Princesa Isabel. Essas pequenas aglomerações de pessoas reproduzem as dinâmicas da Cracolândia em diversas esquinas da região da Luz, Santa Cecília, República e Campos Elíseos. Ou seja, ela não diminuiu, como afirmam a Prefeitura e o Governo de São Paulo, apenas está mais dispersa, ocupando vários, invés de um único local na cidade.

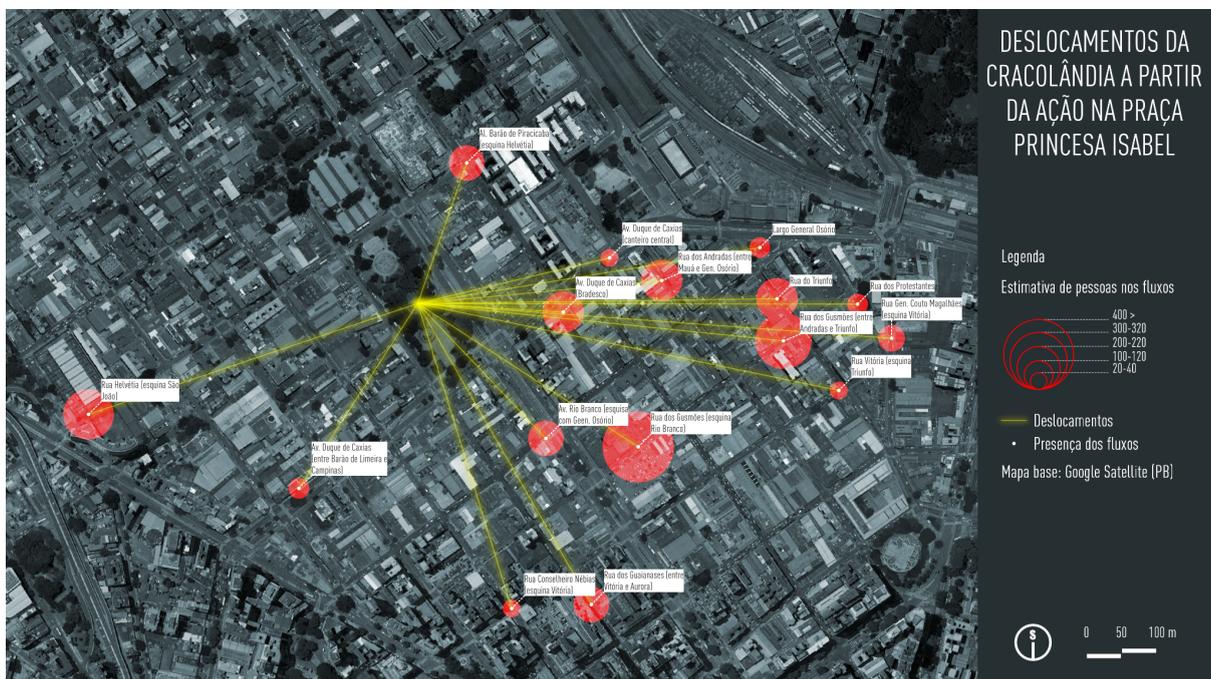


Figura 1. Deslocamento da Cracolândia após a ação de dispersão realizada em maio de 2022 na Praça Princesa Isabel. Fonte: LabCidade, 2022

O mapa ilustra os diferentes lugares onde há concentração dos usuários, o que não significa que esses lugares estão permanentemente ocupados, já que a ação

combinada das Polícias Militar e Civil e da Guarda Civil Metropolitana é orientada para a dispersão constante das pessoas em situação de rua. Esse cenário dificulta, e muito, a realização de uma contagem exata do número de pessoas. A estimativa deste levantamento é de que 1.000 a 2.000 pessoas estejam em uma situação de transitoriedade permanente no centro da cidade de São Paulo. A dificuldade de produzir essa estimativa é apenas um dos reflexos das desastrosas ações policiais realizadas neste ano. Se não é possível sequer saber o tamanho dessa população, as ofertas de serviços de saúde e assistência social ficam, sem dúvida, ainda mais comprometidas. Além de que a violência causa uma forte desconfiança das pessoas em situação vulnerável em relação aos órgãos públicos, comprometendo as abordagens e formação de vínculos pelas equipes de assistência.

Apesar de ter sido apresentada como uma ação contra o tráfico de drogas, as intervenções recentes repetem os resultados desastrosos das operações “Sufoco” ou “Dor e Sofrimento”, realizadas há uma década atrás. Naquela época, sob a gestão do então prefeito Gilberto Kassab e do governador José Serra, a Guarda Civil Metropolitana e a Polícia Militar forçaram o deslocamento constante das aglomerações de pessoas, o que ficou conhecido como “procissões do crack”. Essa forma de ação tem como efeito a articulação do Estado em torno da violência contra o usuário operacionalizada em um regime espacial específico de despossessão combinada ao agenciamento das diferentes forças policiais.

Os conflitos gerados ou potencializados a partir da dispersão

A tática da dispersão em curso foi atualizada sob a denominação de “Operação Caronte¹” que, dessa vez, é liderada pela Polícia Civil. A Prefeitura e o Governo do Estado de São Paulo alegam que as ações atuais são baseadas em “investigação e inteligência”, com a identificação de supostos traficantes que vendem drogas nas ruas. Porém, para além do cumprimento semanal de mandados de prisão, a Polícia Militar e a Guarda Civil Metropolitana apenas repetem o roteiro de intimidação e violência, com uso de cassetetes, spray de pimenta e bombas de gás, para evitar e

¹ “Caronte” na mitologia grega é o barqueiro que atravessava as almas do mundo dos vivos para o mundo dos mortos.

dispersar as concentrações de pessoas em situação de rua, mantendo-as circulando por diversos pontos do centro da cidade.

Parte dos locais por onde transitam as novas concentrações da Cracolândia tem características parecidas: moradias precárias e coletivas de aluguel, como as pensões; famílias de renda média baixa; imóveis pouco verticalizados; presença de comércio popular. A chegada dos fluxos nesses locais gera uma série de transtornos, como barulho ao longo da madrugada, acúmulo de lixo e insegurança, e assim conforma novas dinâmicas na produção espacial da região. Comércio foram fechados, apartamentos esvaziados, imóveis vazios emparedados por seus proprietários. As esquinas, bicos e cantos formados pelos desenhos das ruas do centro passam a ser ocupadas pelos usuários, as calçadas e ruas também. A circulação na cidade passa a ser outra. Enquanto os usuários são postos a vagar incessantemente pela polícia, a população do Centro rearticula os modos de vida seguindo o compasso: param de frequentar o restaurante ou supermercado que costumavam por conta do novo posicionamento do fluxo, mudam a rota para o trabalho, tomam o ônibus em outro ponto. Conforma-se através da dinâmica espacial um estado permanente de alerta e insegurança, lançando o território na neblina.

A dispersão da Cracolândia não atende, então, nem aos interesses da população em situação de rua, nem melhora as condições de vida de quem trabalha ou vive em casas e apartamentos no centro da cidade. No entanto, tem um sentido bastante claro de abertura de frentes de expansão imobiliária na região. Em 2012, junto com a Operação "Dor e Sofrimento", a prefeitura da gestão Gilberto Kassab demoliu dezenas de imóveis na região da Luz, Santa Ifigênia e Campos Elíseos. Movimento que foi retomado em 2017 pelo então prefeito João Dória, quando um casarão chegou a vir abaixo com pessoas dentro. Esses imóveis que serviam de moradia, muitas vezes precária, para a população pobre no centro da cidade foram, em parte substituídos por grandes torres de apartamentos viabilizados a partir de uma Parceria Público-Privada que não atendeu os moradores expulsos do local. As desapropriações de comerciantes a proprietários que viviam há muitos anos no local foram facilitadas a partir do discurso da "revitalização". Hoje estamos

observando o mesmo movimento: no raio de atuação da Operação Caronte, bares e comércios são fechados e lacrados com a justificativa da irregularidade, a mesma que marca a maior parte dos bares e comércios da cidade, mas aqui estão no perímetro “marcado para morrer”.

A presença do fluxo, portanto, se torna justificativa para intervenções urbanísticas pautadas por demolições e remoções forçadas, a partir da narrativa da “renovação urbana” que implica em despejos e remoções de famílias mais pobres, residentes principalmente em pensões e ocupações de moradia. Dessa forma, o Poder Público consegue aprovação popular para intervenções urbanas que dificilmente seriam legitimadas em outras situações.

O território virou um verdadeiro barril de pólvora. O constante deslocamento dos fluxos, e os impactos associados a esse deslocamento, amplificam os conflitos já existentes na região. Ao longo do ano foram inúmeros os relatos de violência, tanto de assaltos e furtos praticados por parte dos usuários, como alguns comerciantes e moradores, que indignados com a situação atual, partiram para as vias de fato, expulsando usuários à força.

No empreendimento da Parceria Público-Privada Habitacional na Rua dos Gusmões, os moradores ficaram quatro dias seguidos sem energia elétrica devido a roubo de cabos de energia, e precisaram “sequestrar” a equipe de técnicos da Enel para que o problema fosse resolvido e a energia restabelecida.

Moradores e comerciantes que, após as ações policiais deste ano, passaram a conviver com os fragmentos da Cracolândia são colocados em situação limite, demandando medidas imediatas contra os problemas causados pelos deslocamentos dos fluxos. Isso, muitas vezes, leva essa população a ter uma visão hostil em relação aos ativistas, trabalhadores da rede de atenção psicossocial e coletivos que há décadas atuam pela garantia de direitos das pessoas em situação de rua no centro de São Paulo.



Figura 2. Ato “Vidas na Craco importam” mobilizado por coletivos e trabalhadores da rede rede de atenção psicossocial. Fonte: Folha de São Paulo, 2022.

A política de dispersão gerou um movimento popular contrário a esses coletivos e trabalhadores, fortalecendo uma narrativa de que defenderiam a permanência da Cracolândia e que, inclusive, lucrariam com isso. Ao longo de 2022 aconteceram diversas manifestações de moradores da Santa Cecília, Campos Elíseos e Santa Efigênia, exigindo a adoção de medidas como a internação forçada e as operações policiais violentas. Inclusive, em novembro de 2022 foi elaborado um manifesto e um ato em apoio à Operação Caronte (Portal Santa Cecília e Barra Funda,, 2022).



Figura 3. Ato contrário a presença da Cracolândia mobilizado por moradores de Santa Cecília e Campos Elíseos. Fonte: Folha de São Paulo, 2022.

Esse clima de animosidade tira o foco e dificulta debates propositivos, de ações que possam melhorar a vida de todas as populações que vivem e trabalham na região central de São Paulo. Postos como inimigos, os diferentes grupos da sociedade civil incorporam a forma de guerra no qual o território foi conformado: moradores e comerciantes contra os militantes e ativistas. As pontes para o diálogo são prontamente queimadas, as articulações passam a ser outras, a população se escora e legitima a violência policial e os coletivos são cada vez mais isolados na esfera pública.



Manifestação

APOIAMOS A OPERAÇÃO CARONTE



**QUINTA
10/11**

**Moradores e comerciantes
da Região Central
lutando contra o medo.**

**Encontro em frente
a 77ª DP**
Alameda Gleite, 827 –
Campos Elíseos

18:30

**OU VOCÊ REAGE, OU DECIDEM O QUE
FARÃO COM O SEU BAIRRO**

Figura 4. Arte de divulgação para o ato em defesa da Operação Caronte. Fonte: Reprodução de grupo do Whatsapp, 2022.



Figura 5. Grupo de ativistas e usuários, articulados em torno do projeto “Teto, trampo e tratamento”, são detidos pela polícia civil por perturbação à ordem, ação que teria sido justificada por um abaixo assinado de moradores da região. Fonte: Folha de São Paulo, 2022.

A política de dispersão também contribui com o aumento da presença de grupos de segurança privada no território (MARINO et. al., 2022). Algo que já era visível por exemplo nos quarteirões onde se localizam empreendimentos da Porto Seguro e na Rua Santa Efigênia, que concentra comércio de artigos de informática, elétrica e iluminação. Nas últimas semanas, a presença desses grupos de segurança privada é bastante visível ao longo da Avenida Duque de Caxias, formando uma espécie de “zona livre” da presença de usuários.

As intervenções policiais mais recentes tiveram como efeito escalar a presença desses grupos, transformando a segurança e proteção em uma mercadoria cada vez mais lucrativa. Isso tem colocado um dilema para os moradores e comerciantes locais, pois aqueles que não se sujeitam a pagar pelo “serviço” ou não tem condições para, acabam vendo o fluxo se fixar na porta da sua casa.

A relação entre as policiais e os grupos de segurança privada que atuam no território é bastante nebulosa, não sendo possível afirmar categoricamente que existe a presença de policiais ou guardas civis atuando nesse mercado. Mas sabe-se que na cidade de São Paulo é uma prática antiga os policiais da ativa, reformados ou

aposentados fazerem “bicos” em equipes de segurança privada. O que é notável é que a presença dessas duas forças armadas têm modificado a cartografia da Cracolândia no território, apontando possivelmente para uma espécie de “milicianização” da região central.

Considerações finais

Uma análise das políticas realizadas nas últimas três décadas deixa evidente que o fim da Cracolândia só será possível quando a forma como se lida com a questão mudar radicalmente. O grande problema da Cracolândia não é somente o crack, mas sobretudo a miséria e a extrema vulnerabilidade de grande parte dos integrantes dos fluxos, ampliada pelos processos de despossessão e violência que ali se perpetuam. Por isso não é possível acabar com a Cracolândia com intervenções policiais ou com internação em massa. Experiências internacionais baseadas em políticas de *housing first* (ou casa primeiro) e ambientes seguros para o uso de substâncias, aliadas a medidas consistentes de atenção à saúde, indicam que políticas multidimensionais que garantam direitos, como moradia e trabalho, são o melhor caminho, e que o enfrentamento truculento e policialesco só tende a gerar mais problemas. Propostas semelhantes foram elaboradas no âmbito do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, que elaborou com a participação ativa de moradores, trabalhadores e organizações coletivas do território o plano alternativo Campos Elíseos Vivo.

Para implementação dessas e de outras medidas, no entanto, é necessário que o debate público esteja direcionado a entender as dinâmicas e complexidades que envolvem a Cracolândia e, sobretudo, que fique claro que as medidas tomadas hoje, longe de acabar com os problemas, os multiplicam. Se era uma, hoje existem várias Cracolândias na área central de São Paulo.

A multiplicação dos fluxos — locais de concentração dos usuários — revela como a política de guerra às drogas fracassou como resposta à complexa situação da Cracolândia. No entanto, a intervenção baseada em ações de policiamento, “destinada a sempre falhar” (PARRA *et al.*, 2022), tem sido eficiente para controlar

espaços e populações, delimitando lugares que passam a ser alvo de intervenções extra-legais.

As dinâmicas territoriais na Cracolândia dão pistas suficientes de que a produção do conflito, nesse território, é uma parte central do planejamento permitindo uma reflexão sobre as contradições da conflituosidade no urbano. O Estado, ali, atua não na chave da mediação ou da "resolução dos problemas" — esta última, como afirma em discurso — mas na manutenção e reprodução sistemática do conflito, como motor das dinâmicas de controle, despossessão e extermínio. Essa estratégia opera desagregando a organização local e mantendo a vida das populações residentes (tanto usuários de drogas, população em situação de rua e moradores pobres, quanto moradores de classe média e comerciantes) no limite do insustentável, e assim legitima a continuidade e aprofundamento das mesmas políticas baseadas na violência, em suas múltiplas dimensões.

Se, no mesmo território, o Fórum Aberto Mundaréu da Luz, dialogando com a ideia contra-hegemônica do planejamento conflitual (VAINER *et al.*, 2013), constituiu e articulou sujeitos políticos coletivos, no sentido oposto, a mobilização permanente do conflito também tem sido sistematicamente utilizada pelo Estado como estratégia de desarticulação e enfraquecimento desses mesmos sujeitos, de suas organizações e de projetos políticos alternativos.

Referências

Portal Santa Cecília Barra Funda. Manifesto em apoio a Operação Caronte da Polícia Civil do estado de São Paulo Instagram, 10 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CkzDOGyopHG/>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

MARINO, Aluizio; AMPARO, Amanda; MACHADO, Ariel; MELLO, Daniel; MAGRI, Giordano; MEOLA, Luca; ROLNIK, Raquel. A Cracolândia não diminuiu, só se espalhou. LabCidade, 11 de julho de 2022. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/acoes-violentas-do-poder-publico-multiplicam-crac-olandias-pelo-centro-de-sao-paulo/>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

MARINO, Aluízio; JACON, Luís; SHDAIOR, Laura S.; RONLIK, Raquel. Impactos da dispersão da Cracolândia: balanço dos velhos e novos conflitos no centro de São Paulo. LabCidade, 22 de dezembro de 2022. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/impactos-da-dispersao-da-cracolandia-balanco-dos-velhos-e-novos-conflitos-no-centro-de-sao-paulo/>

PARRA, Henrique; MORAES, Alana; TELLES, Edson; AUGUSTO, Acácio. Por que a cracolândia funciona? Outras Palavras - Desigualdades, 17 de maio de 2022.

Disponível em:

<https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/por-que-funciona-o-ataque-a-cracolandia/>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

VAINER, Carlos; BIENENSTEIN, Regina; TANAKA, Giselle Megumi Martino; OLIVEIRA, Fabricio Leal de; LOBINO, Camilla. O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de Planejamento Conflitual. In: Anais do XV Encontro Nacional da ANPUR. Recife, 2013.